ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo Especial

Brasília (DF)
Setembro de 2016

Lutas e mobilizações das seções sindicais do Setor das Iees/Imes no ano de 2016

O ano de 2016 tem sido de muitas lutas e mobilizações nas Instituições de Ensino Superior Estaduais e Municipais (IEES/Imes). Da mesma forma que no governo federal, a opção dos governos estaduais foi priorizar o pagamento da dívida pública ao grande Capital, as isenções fiscais, os grandes eventos, a supressão de direitos e o sucateamento dos serviços públicos. Professores, estudantes e técnico-administrativos, junto com outros setores da educação, da saúde e do funcionalismo público se colocaram em movimento em defesa dos direitos dos trabalhadores e de condições de estudo e trabalho. Mais de dez movimentos grevistas, em diversos estados, foram organizados durante o primeiro semestre de 2016, sendo que alguns ainda estão em curso (pelo ANDES-SN por meio de suas seções sindicais).

Uma pauta comum a todos esses movimentos é a luta contra os cortes e pela ampliação do orçamento das universidades para a garantia do ensino, da pesquisa e da extensão. Outra questão recorrente é a terceirização de serviços de limpeza, segurança e manutenção que, por falta de pagamento, deixaram, em várias universidades, trabalhadores em situação similar à escravidão e campi sem condições de funcionamento. Além dessas pautas, os docentes lutaram, e foram vitoriosos em algumas universidades, por melhorias em seus planos de carreira e reajustes salariais que revertessem a situação de arrocho, atraso e parcelamento de salários e supressão de direitos que é a realidade em muitos estados.

A conjuntura nacional, com a confirmação do impeachment e posse do governo ilegítimo de Temer, aponta para o aprofundamento da ofensiva conservadora e da retirada de direitos. A luta contra o PLP 257/16, em curso desde o governo Dilma e cujas medidas já vinham sendo implementadas em muitos estados, e contra a PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, se colocam na ordem do dia. É ainda central que intensifiquemos, nas universidades e junto a outros sindicatos e movimentos sociais a resistência ao projeto "Escola sem partido", que vem colocar uma mordaça no pensamento crítico na educação.

O XIV Encontro do Setor das Estaduais e Municipais do ANDES-SN será um momento fundamental para aprofundarmos o debate e as estratégias da nossa luta contra o ajuste fiscal, a dívida pública e todas as medidas de retirada de direitos rumo à construção da greve geral.

Greves nos estados: O ANDES-SN em luta

Greve e conquistas do ANDES-SN no Setor das Estaduais e Municipais

Ceará: Uece e Uva

Greve contra a intransigência do governo já ultrapassa quatro meses

Nas universidades Estadual do Ceará (Uece), Uece e Uva, a greve em curso de docentes, organizadas respectivamente nas seções sindicais: Sindiuece e Sinduva, e de estudantes é uma continuidade da greve iniciada em 2013, retomada em 2014 e suspensa em janeiro de 2015, quando o atual governador, Camilo Santana (PT), ao assumir o poder executivo do estado, celebrou um acordo com o movimento grevista. O não cumprimento dos acordos, os cortes de verbas de custeio, o rompimento com a data-base em primeiro de janeiro de 2016 e o não repasse sequer da inflação de 2015 para os salários do(a)s servidore(a)sas público(a)s estaduais deram as razões para a retomada da greve em 3 de maio. A greve ultrapassou os quatro meses com atos de rua; panfletagens em espaços como aeroporto e praias; audiências públicas e reuniões com representantes parlamentares. Com a resistência mantida pelo movimento paredista na Uece e na Uva, demonstrando força e unidade, o governo em 11 de agosto, sentou à mesa com os grevistas, mas não avançou nas propostas. A criação de um grupo de trabalho Salário em caráter emergencial, com a finalidade de apresentar uma alternativa à reposição salarial de docentes efetivo(a)s e às distorções no salário do(a)s substituto(a)s tem dado continuidade aos diálogos na tentativa de resolver o impasse entre o governo e o movimento paredista.

Rio de Janeiro: Uerj, Uezo e Uenf

Professores da Uerj, Uezo e Uenf realizam uma das maiores greves da história da Universidade

Os professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), iniciaram no dia 7 de março uma das maiores greves da sua história. Com assembleias frequentemente lotadas, nas quais se expressa uma grande unidade da categoria e um alto grau de adesão, a greve paralisou praticamente todos os cursos de graduação da universidade e muitos de pós-graduação. Após longas e extenuantes negociações, o governo comprometeu-se a encaminhar, ao legislativo projetos de lei contemplando pontos acordados com o movimento docente. Supreendentemente, no prazo final para a votação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), antes do recesso legislativo, o líder do governo comunicou o veto à Dedicação Exclusiva no vencimento-base. Contudo, na última semana de julho, foi aprovado o PL que altera o Plano de Carreira Docente e o governo se comprometeu a manter a negociação com relação à DE, estabelecendo um prazo até setembro para a sua conclusão. No dia 1º de agosto, a Assembleia Docente decidiu por ampla maioria manter a suspensão da greve dos professores. Deliberou ainda por manter o estado de greve, até que o governo encaminhe para votação, na Alerj, o projeto de lei que assegure a incorporação do Adicional de Dedicação Exclusiva ao Vencimento-base. Ou seja, a greve está temporariamente suspensa, mas pode retornar a qualquer momento, caso os compromissos que o governo assumiu com a Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj SSind) não sejam efetivados.

No dia 16 de agosto, data em que a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) celebrou 23 anos de existência, a Associação dos Docentes da Uenf (Aduenf Seção Sindical do ANDES-SN) lançou uma carta à população para explicar a situação crítica em que a universidade foi colocada pelo governo do Rio de Janeiro, com sua existência gravemente ameaçada e denunciam que o governo do estado do Rio de Janeiro, não repassou recursos para a instituição nos seis primeiros meses do ano, o que resultou no acúmulo de uma dívida de mais de R$ 20 milhões. Após mais de quatro meses de greve, os docentes da Uenf deliberaram, no último dia 9, pela suspensão da greve e retomada do estado de greve. No caso da Uezo, os docentes do Centro Universitário da Zona Oeste permanecem em greve.

Minas Gerais: UEMG e UNIMONTES

Greve traz vitória ao movimento docente

Os docentes da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em luta contra as políticas de sucateamento da educação pública superior, emplacadas pelo governo Fernando Pimentel (PT), sintomaticamente as mesmas que se aplicam na maioria dos estados brasileiros, constituíram um movimento paredista com duração de mais de cem dias, entre os meses de maio e setembro de 2016. A greve foi motivada pelos efeitos nefastos da Lei 100 e da estadualização não planejada, já no final do governo Anastasia (PSDB). Entre as motivações se sobressaíram outros pontos como a não realização de concursos públicos para os cargos de professores(as) efetivos(as), que se arrasta desde 2014. Na tentativa de desmobilizar e enfraquecer o movimento, o governo judicializou a greve, utilizando como justificativa o limite de gastos públicos estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. A força do movimento fez com que o governo abrisse a negociação, e a saída da greve, primeiro na Uemg e depois na Unimontes, foi acordada após a garantia por parte do governo dos seguintes pontos, que indicam a vitória do movimento: nomeação de professores aprovados em concurso; formação de uma mesa permanente de discussão sobre o ensino superior estadual com o prazo de criação de 30 dias após o acordo; licenciamento para capacitação; manutenção das licenças atuais até o término dos cursos de formação; incorporação do Pó de Giz ao salário; aumento de 40% para 50% nos regimes de Dedicações Exclusivas de mestres e doutores; ampliação de carga horária de 20 para 40 horas para os(as) professores(as) aprovados(as) em concurso; concessão de Dedicação Exclusiva aos(às) professores(as) aprovados(as) em concurso.

São Paulo: USP, Unesp e Unicamp

Campanha salarial nas Universidades Estaduais Paulistas

O Fórum das Seis, que reúne representantes docentes e dos técnicos administrativos, reivindicava a reposição da inflação medida pelo Dieese de maio de 2015 a Abril de 2016 e mais 3% para recuperação parcial de perdas anteriores, totalizando 12,34%. O Conselho de Reitores (Cruesp), alegando

queda na arrecadação do ICMS, propôs um reajuste salarial de apenas 3%. O reitor da USP condicionou a efetivação da proposta à aprovação de seu conselho universitário o que ocorreu. O reitor da Unesp não aceitou a proposta e postergou a sua aplicação até que houvesse disponibilidade orçamentaria e a aprovação do conselho universitário da Universidade. A insuficiência da proposta e a quebra da isonomia que ela impunha levaram os docentes e os funcionários a decretarem a greve, iniciada em datas diversas nas seis categorias das três universidades estaduais paulistas. Houve também importantes mobilizações estudantis na Usp, Unesp e Unicamp, com paralisações, greves e ocupações. Os reitores responderam com interditos proibitórios, repressão policial e ameaça de corte de ponto dos funcionários grevistas. Após um mês de greve os docentes da USP e da Unicamp encerraram a paralização. Os docentes da Unesp continuaram a greve até o dia 17 de agosto.

AMAPÁ: UEAP

Greve garante repasse, mas ainda aquém do necessário

Foram 3 meses de greve dos docentes, técnicos e discentes na Ueap. As atividades foram paralisadas desde o dia 17 de março e foram retomadas no dia 24 de junho. Entre as reivindicações, as categorias exigiram Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR) dos técnicos, melhorias na infraestrutura dos campi e construção do campus próprio da Ueap, além de reposições salariais e pagamentos de retroativos de professores e técnico-administrativos.

A paralisação das atividades contou com o apoio dos estudantes da instituição, que chegaram a ocupar o prédio da instituição exigindo melhorias na infraestrutura. A desocupação do local ocorreu no dia 24 de maio, após um acordo com o governo que garantiu o recurso de R$ 700 mil mensais para pagamento de pessoal, empresas terceirizadas e manutenção da infraestrutura do prédio. Contudo, o repasse ainda é abaixo do que estipula a lei, já que a UEAP tem direito a 2% do ICMS do estado, o que gira em torno de 18 milhões anuais.

PIAUÍ: UESPI

Resistência do movimento faz governo ceder e negociar com comunidade acadêmica

Em contraponto à política de ajuste fiscal e de ataques aos direitos trabalhistas

no âmbito do estado do Piauí, docentes, estudantes e técnico(a)s administrativo(a)s, unificaram suas lutas no primeiro semestre de 2016 na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), intensificadas após o governador Welington Dias (PT) sancionar, arbitrariamente, no dia 2 de março, a Lei 6.772, que extingue os Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCs) da maioria dos servidores públicos estaduais. A referida peça jurídica oficializou o ataque que desmonta de maneira violenta o conjunto de PCCs dos servidores estaduais, extinguindo cargos, ignorando regras e regimes de trabalho, engessando progressões, promoções e mudanças de regime, além de congelar os salários de trabalhadore(a)s. O movimento paredista unificado, tendo a frente a Associação dos Docentes da Uespi (Adcesp – Seção Sindical), perdurou entre os meses de abril a julho, e constituiu-se em um dos movimentos políticos mais importantes da história da instituição. Foram 66 dias de luta, com ocupações do Palácio de Karnac, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores de cidades do interior do estado, além das manifestações que levaram centenas de estudantes, professores e técnicos para as ruas de Teresina. Toda essa pressão resultou em conquistas relativas à pauta reivindicada pelo movimento unificado, como a retirada da Uespi dos efeitos da Lei 6.772/16; o aumento de orçamento para a infraestrutura; implantação de promoções, progressões e mudança de regime de trabalho; e lançamento de edital para concurso após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Além disso, houve uma vitória política sobre o governo, conhecido por não negociar com categorias em greve, mas que, pela força da resistência e unidade de estudantes, docentes e técnicos, teve que ceder e negociar com as categorias.

MATO GROSSO: UNEMAT

Greve foi suspensa, mas docentes seguem em luta

Em uma greve que durou mais de dois meses, os professores da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) suspenderam a paralisação em 4 de agosto de 2016, mas mantiveram o estado de greve. Os professores decidiram voltar às aulas para concluir, pelo menos, o último mês letivo do semestre passado. Os servidore(a)s lutam pela recomposição da inflação de 2015 e cobram o pagamento integral da Revisão Geral Anual (RGA), fixada em 11,28%. O valor da RGA, que deve ser paga aos servidore(a)s ativos, inativos e pensionistas do estado, foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governo no dia 1º de junho. A lei prevê pagar 7,36% de reposição salarial em três parcelas. Os outros 3,92% também seriam pagos no ano que vem, mas condicionados à Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixa limite máximo de gasto do estado com a folha de pagamento a 49% da Receita Corrente Líquida.

PARÁ: UEPA

Após suspensão da greve, docentes organizam calendário de mobilização

Os professores da Uepa, reunidos em assembleia no dia 28 de junho, aprovaram a saída da greve e manutenção do movimento em estado de greve. Além desse encaminhamento, foi aprovado um calendário de atividades para o segundo semestre. Os docentes suspenderam o movimento em razão da total falta de interesse do governo em atender a pauta relativa ao reajuste salarial de professores e técnicos-administrativos. O movimento fortaleceu as lutas das categorias que compõem a Uepa e divulgou e denunciou, em âmbito nacional e regional o tratamento dado à educação pública pelo governo do PSDB de Simão Jatene. Com a reitoria da universidade firmou-se alguns compromissos, como a retomada dos editais de ensino e extensão no segundo semestre; compra de pelos menos 50% dos livros já licitados até o final do segundo semestre; a conclusão da obra de Marabá no prazo de dez meses a contar de julho/2016. O plano de lutas prevê atividades unificadas com a categoria da educação básica, realização de audiências públicas, judicialização das pautas relativas ao pagamento do piso e progressão docente; realização de campanha em favor do orçamento da Uepa e Fora Jatene; mobilizações unificadas com as demais categorias da Uepa; realização de debates acerca das condições da Uepa nos diversos campi da universidade com o objetivo de acumular forças para continuidade das reivindicações.

A criminalização da luta dos docentes

Em vários estados, docentes enfrentaram a violência policial usada pelos governos para reprimir os movimentos

No dia 29 de abril de 2015, data da votação do projeto de reforma da previdência paranaense, que retirava direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Paraná, o governo do estado utilizou um aparato militar nunca antes visto contra civis. O governo Beto Richa, e seus aliados políticos presentes na Assembléia Legislativa, realizaram o maior massacre da história do Brasil contra docentes. Uma manifestação organizada pelos sindicatos de docentes das universidades e dos servidores, dos colégios estaduais, e de vários grupos de movimento estudantil que reuniu mais de 50 mil manifestantes, na Praça Nossa Senhora de Salete (rebatizada agora, por Praça 29 de abril) foram massacrados, sob ataque aéreo e terrestre, pelo aparato militar absurdo colocado em "defesa" da Assembleia Legislativa. Violência extrema, para combater a educação e a organização dos servidores públicos. Um ano depois, o governo ameaça agora enviar um projeto de lei retirando novamente mais direitos dos trabalhadores do estado, cancelando o reajuste e realizando uma nova reforma da previdência e ampliando a retirada de direitos.

Entre os dias 22 de agosto e 1 de setembro de 2016, o estado da Bahia vivenciou novamente a violência e a repressão contra as universidades estaduais. Em uma conjuntura de criminalização dos movimentos sociais, agentes da Policia Militar do governo Rui Costa (PT), mais uma vez, desrespeitou o direito democrático da livre manifestação. Em Vitória da Conquista, ao realizar protesto pacífico durante a inauguração de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), na luta em defesa das universidades estaduais, os movimentos docente e estudantil da Uesb foram atacados fisicamente e moralmente pela segurança oficial do governador. Também estavam presentes moradores de bairros periféricos, bancários, trabalhadores terceirizados da educação e estudantes da rede básica apresentando suas reivindicações durante a cerimônia, estes receberam o mesmo tratamento. A Sessão Sindical Adusb, filiada ao ANDES-SN, repudiou a tentativa de calar e criminalizar os movimentos sociais e está em luta para que o estado seja responsabilizado pela agressão à professora Sandra Cristina Ramos e ao docente Reginaldo de Souza Silva.

A violência continuou. Através de ação truculenta da Polícia Militar, do governo Rui Costa reprimiu a manifestação de estudantes da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) pelo "FORA TEMER", no bairro do Cabula, em mais um dos muitos episódios de violência e arbitrariedade que os movimentos sociais baiano vivenciam. No dia 1º de setembro de 2016, no período da tarde, a PM reprimiu estudantes com ameaças de tiro de arma de fogo, pressão psicológica, agressão, tentativa de cárcere sem justificativa e intimidação. A Aduneb Sessão Sindical do ANDES-SN demarcou posição e não aceitará as arbitrariedades e truculências da Policia Militar, exigindo investigação e punição exemplar de todos os policiais envolvidos.

Semana de lutas do Setor das Iees/Imes

Durante a Semana de Lutas das IEES/IMES, no período de 23 a 27 de maio, várias seções sindicais de norte a sul do Brasil realizaram atividades de mobilização, com paralisações, aulas públicas, idas às Assembleias Legislativas para cobrar um orçamento adequado para as IEES, debates e panfletagens.

Como parte da Semana de Luta Unificada, em Tocantins, a Associação de Professores da Fundação e Centro Universitário de Gurupi (Apug – Seção Sindical do ANDES-SN) promoveu um ciclo de debates no dia 24 de maio sobre autonomia universitária e aposentadoria para os docentes da instituição, além da preocupação com as constantes perdas de direitos dos trabalhadores com a investida patronal e governamental na precarização dos direitos dos trabalhadores públicos e privados. Foi discutida ainda a tramitação do PLP 257/2016, e a PEC 241/2016, que reduzirá consideravelmente os investimentos estatais, atingindo principalmente os trabalhadores e os segmentos mais necessitados da população brasileira.

EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br
Diretor responsável: Giovanni Frizzo // Redação: Coordenação do Setor das Iess/Imes // **Edição e diagramação: Imprensa** ANDES-SN